

2016: Naufrágio ou Virada?

Márcio G. P. Garcia¹
29 de dezembro, 2016

Sugestão de olho: Continuar a progredir na agenda fiscal é essencial para a retomada do crescimento econômico.

Prever como eventos correntes passarão à história é extremamente difícil. Lembro-me, por exemplo, do Plano Cruzado, em 1986. Em meio à euforia que marcou a queda inicial da inflação, as análises da época estavam longe de suspeitar que aquele poderia vir a ser o primeiro de uma série de planos anti-inflacionários fracassados, e que a megainflação só viria a acabar mais de oito anos depois, com o Plano Real.

Como a história econômica vai tratar 2016? Será que marcará o continuado declínio da economia brasileira, cujo PIB vem caindo há mais de dois anos? Ou, ao contrário, será 2016 lembrado como o ano em que nossa economia iniciou uma virada histórica, confrontando seu principal problema, o descontrole fiscal?

A excelente surpresa deste ano foi aprovação da PEC do teto dos gastos. Como se sabe, a emenda constitucional limita a taxa de crescimento do orçamento federal à inflação, impedindo que os gastos públicos continuem a ganhar espaço crescente no PIB, como vinha ocorrendo há décadas. O problema é que a emenda apenas institui um teto, mas a evolução dos componentes dos gastos públicos obedece a regras próprias, incompatíveis com o novo teto. Ainda que, a curto prazo, a PEC não implique sacrificar o crescimento dos gastos, será indispensável, nos próximos anos, mudar radicalmente a dinâmica de crescimento dos maiores gastos públicos.

A principal fonte da explosão dos gastos públicos é a Previdência Social, cuja proposta de reforma foi recentemente encaminhada pelo Executivo ao Legislativo, também através de uma PEC. Esta, em contraste com a PEC do teto, trata de mudanças bem palpáveis a todos os trabalhadores que ainda não se aposentaram.² Por isso, já está gerando fortes reações contrárias, o que deve se acirrar em 2017, quando a reforma da Previdência for debatida no Congresso. Dependendo das modificações introduzidas, a reforma pode vir a se revelar insuficiente, sinalizando que o regime fiscal não mudou. Ou pode, alternativamente, reforçar o sinal dado pela aprovação da PEC do teto de que o Brasil decididamente se afasta do abismo fiscal com que ora se depara.

O otimismo advindo da aprovação da PEC do teto foi fortemente abalado pela decisão da Câmara dos Deputados em aprovar a renegociação das dívidas estaduais sem impor as indispensáveis contrapartidas de mudança dos regimes fiscais vigentes em vários

¹ Ph.D. por Stanford, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve neste espaço uma sexta-feira a cada mês.

² Um vídeo curto muito instrutivo sobre a necessidade da reforma da previdência foi recentemente colocado por Darcy Francisco Carvalho dos Santos no youtube (“Será que há déficit na previdência?”).

estados. Os problemas estaduais não são novos. Uma das principais reformas, sem a qual a consolidação do Plano Real não teria sido bem-sucedida, foi a renegociação das dívidas estaduais. Na época, o processo estendeu-se por uma década, e conseguiu reestruturar as finanças estaduais até que os governos do PT solaparam as bases do regime fiscal, permitindo que os estados voltassem a aumentar seu endividamento para pagar gastos correntes. Hoje, a maioria dos estados novamente se defronta com regimes de previdência insustentáveis e excessivos inchaços das folhas salariais, muitos acima do limite da LRF (lei de responsabilidade fiscal). É difícil antever que tais problemas possam vir a ser corrigidos sem que os deputados federais emprestem seu apoio às duras medidas que se fazem necessárias.

Assim como um fumante inveterado que, apesar de saber dos males causado à saúde, não consegue largar o vício, a sociedade brasileira não logra se afastar do populismo fiscal. Para todos os males e problemas, a solução quase sempre gera um aumento do gasto público, tal qual o fumante que recorre ao cigarro para pretensamente aliviar a tensão.

Também à semelhança do fumante, não conseguimos antever as possibilidades de melhora de vida que poderiam ser trazidas pelo fim do vício. A melhora mais importante, talvez comparável ao fumante poder correr uma maratona, é a redução das taxas de juros, e a capacidade de utilizar a política monetária como instrumento anticíclico. Esse instrumento é fundamental no mundo todo, mas, no Brasil, vive embotado pelo continuado expansionismo fiscal, que obriga o BC a manter uma taxa de juros extremamente elevada para controlar a inflação

As principais economias internacionais usaram o expansionismo monetário ao máximo, estando há anos se defrontando com a impossibilidade de reduzir ainda mais as taxas nominais, algumas abaixo de zero. Já o BC brasileiro dispõe de enorme espaço para corte de juros. Com a aprovação de uma reforma da Previdência que consolide a mudança do regime fiscal, o BC vai poder usar a munição de expansão monetária de que dispõe sem medo de reavivar a inflação, sobretudo agora que recuperou sua credibilidade anti-inflacionária.

Neste cenário benigno, 2016 passaria à história como o ano da virada. Naturalmente, vários problemas continuarão conosco. Não teremos resolvido nossos problemas com a má qualidade da educação dos nossos jovens, nem os problemas do nosso sistema de saúde. Temos que enfrentar uma extensa agenda microeconômica que ajude a deslanchar o investimento, promovendo mais competição, tanto doméstica quanto externa. Precisamos aumentar a eficiência da gestão pública, em todos os níveis, além de várias outras reformas. Mas, tal qual o fumante que conseguiu parar de fumar, teremos uma satisfação enorme ao finalizar a primeira maratona.

Um excelente 2017 para todos!